

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

CARLOS MACEDO MENESCAL

**ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE
MÉDIA COMPLEXIDADE: reflexões acerca da vivência do compromisso ético-político
na relação com a comunidade**

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2023

CARLOS MACEDO MENESCAL

**ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE
MÉDIA COMPLEXIDADE: reflexões acerca da vivência do compromisso ético-político
na relação com a comunidade**

Trabalho de Conclusão de Curso –
Artigo Científico, apresentado à Coordenação
do Curso de Graduação em Psicologia do
Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em
cumprimento às exigências para a obtenção do
grau de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Me. Moema Alves
Macêdo

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2023

CARLOS MACEDO MENESCAL

**ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE
MÉDIA COMPLEXIDADE: reflexões acerca da vivência do compromisso ético-político
na relação com a comunidade**

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Data da Apresentação: 28/06/2023

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Me. Moema Alves Macêdo

Membro: Me. Marcos Teles do Nascimento / UNILEÃO

Membro: Me. Alex Figueirêdo da Nóbrega / UNILEÃO

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2023

ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE: reflexões acerca da vivência do compromisso ético-político na relação com a comunidade

Carlos Macedo Menescal¹
Moema Alves Macêdo²

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa foi compreender a produção de sentidos das(os) psicólogas(os) que atuam na Proteção Social Especial de média complexidade acerca da vivência do compromisso ético-político na sua relação com a comunidade atendida. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter exploratório, realizada em campo. O estudo foi realizado no município de Juazeiro do Norte-CE. Tendo como base o movimento construcionista em pesquisa social, a produção de sentidos e de informações se deu por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas com profissionais da psicologia que trabalham na Proteção Social Especial de Média Complexidade do município. Como método de análise das informações foram utilizados mapas dialógicos. A pesquisa atendeu aos preceitos éticos e científicos regulamentados nas Resoluções de nº 466/12 e nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Os resultados da pesquisa têm potencial de servirem de apoio técnico-científico para profissionais de psicologia construir e usarem estratégias adequadas ético-politicamente no atendimento da população em vulnerabilidade social, de modo a facilitar o desenvolvimento das potencialidades do público atendido nos equipamentos públicos da assistência social.

Palavras-chave: Sistema Único da Assistência Social. Proteção Social Especial. Média Complexidade. Psicologia Comunitária. Compromisso ético-político.

ABSTRACT

The objective of this research was to understand the production of meanings of psychologists who work in the Special Social Protection of medium complexity about the experience of ethical-political commitment in its relationship with the community served. This is a research of qualitative approach, of exploratory nature, carried out in the field. The study was carried out in the city of Juazeiro do Norte-CE. Based on the constructionist movement in social research, the production of meanings and information occurred through semi-structured interviews, conducted with the psychology professionals who work in the Special Social Protection of Medium Complexity of the municipality. Dialogical maps were used to analyze the information. The research complied with the ethical and scientific precepts regulated by Resolutions 466/12 and 510/16 of the National Health Council. The results of the research have the potential to serve as technical and scientific support for psychology professionals to build and use appropriate ethical and political strategies in serving the socially vulnerable population in order to facilitate the development of the potential of the public served in public social assistance facilities.

Keywords: Unified Social Assistance System. Special Social Protection. Medium Complexity. Community Psychology. Ethical-political commitment.

¹Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: carlosmmenesca@gmail.com

²Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: moema@leaosampaio.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O percurso da Assistência Social enquanto política pública no Brasil é recente. Apenas a partir da Constituição Federal de 1988 é que o Estado estabelece seu compromisso de assegurar os direitos relativos à Assistência Social. Esse compromisso é regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993, explicitando ser direito do cidadão e dever do Estado prover os mínimos sociais para garantir o atendimento a necessidades básicas, tendo como objetivos a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos.

Contudo, apenas em 2004 é criada a Política Nacional da Assistência Social (PNAS), para regulamentar o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), e nos anos seguintes são publicadas as Normas Operacionais Básicas (NOB/SUAS e NOB-RH/SUAS), que trazem os eixos norteadores e estruturantes necessários para a implementação da política, definindo os profissionais que devem compor as equipes.

A partir disso, o SUAS se caracteriza como um sistema público, não-contributivo, descentralizado, participativo e hierarquizado a partir de níveis distintos de proteção social e complexidade: a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE) de média e de alta complexidade (BRASIL, 2004).

A proteção social básica visa prevenir situações de risco social, desenvolvendo serviços voltados ao acolhimento, convivência e socialização, buscando o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários que ainda não foram rompidos, sendo destinada a populações vulnerabilizadas pela pobreza e/ou pela exclusão social. Esses serviços são executados diretamente pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), que devem estar localizados em áreas de vulnerabilidade social, atuando com famílias e indivíduos no seu contexto comunitário, desenvolvendo o protagonismo de seus membros (BRASIL, 2004).

A proteção social especial é destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal ou social, com seus direitos violados, demandando intervenções especializadas e um pouco mais individualizadas, com acompanhamento sistemático. Na média complexidade os vínculos familiares e comunitários ainda não foram rompidos, e os serviços são ofertados majoritariamente nos Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), que possuem abrangência municipal ou regional, há também em algumas cidades os Centros de Referência da Mulher (CRM) e os Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (CENTRO POP). Na alta complexidade há a necessidade de garantir uma assistência mais integral, como moradia, alimentação e higienização, tendo em

vista que se destina a pessoas ou famílias com os vínculos bastante fragilizados e/ou rompidos, necessitando de acolhimento institucional (BRASIL, 2004).

Dessa forma, o profissional de psicologia está inserido em todos os níveis de proteção do SUAS. Inclusive, em pesquisa realizada por Pequeno (2019), sobre as condições de trabalho das psicólogas no Ceará, constata-se que a principal área de atuação é a social, compreendendo 30% das participantes. Isso corrobora a necessidade do Conselho Federal de Psicologia (CFP) ter elaborado Referências Técnicas para a Prática de Psicólogas no CREAS, trazendo reflexões sobre a dimensão ético-política da atuação nos serviços ofertados por esse equipamento, destacando que apesar dos avanços da legislação e da implementação do SUAS, deve-se considerar “o peso da herança histórica da relação do Estado brasileiro com famílias pobres, vulneráveis e/ou excluídas”, que ainda naturaliza essa vulnerabilidade social, responsabilizando os indivíduos por essa situação, correndo o risco dos profissionais perpetuarem práticas assistencialistas e preconceituosas (CFP, 2012, p. 33) .

Nesse sentido, Ribeiro e Guzzo (2014) apontam a necessidade das intervenções das psicólogas que atuam no SUAS serem construídas junto com a comunidade e pressupõem que as pessoas que sofrem diretamente os problemas da comunidade possam se reconhecer como membros dela e conscientizar-se dos problemas que vivenciam, para que possam vislumbrar, coletivamente, possibilidades de enfrentamento e superação dessas problemáticas. Para isso, é preciso construir uma relação horizontal e colaborativa com a comunidade.

Diante disso, questiona-se: Qual a produção de sentidos das(os) psicólogas(os) que atuam na PSE de média complexidade em Juazeiro do Norte-CE acerca da vivência do compromisso ético-político da profissão na sua relação com a comunidade?

A escolha desse campo-tema originou-se a partir de minhas inquietações no percurso da graduação, tanto nos debates durante as aulas das disciplinas de Políticas Públicas e de Psicologia Social, como na vivência enquanto monitor dessas disciplinas, além do trabalho como orientador social do CENTRO POP. Inquietações estas que remetem também à justificativa acadêmica e social, ao deparar-me com o fazer psicológico no cotidiano do SUAS, em que constantemente são evidenciadas contradições entre a teoria vista em sala de aula e a prática na oferta dos serviços das políticas públicas, principalmente referentes à relação dos profissionais com a comunidade atendida.

Logo, há a necessidade de investigarmos sobre o entendimento dos psicólogos acerca do seu compromisso ético-político na sua relação com a comunidade, sendo relevantes para promovermos uma discussão a respeito dos desafios da formação do profissional de psicologia

para o trabalho na Assistência Social e refletirmos sobre a busca de uma práxis verdadeiramente emancipatória junto às comunidades.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa é compreender a produção de sentidos das(os) psicólogas(os) que atuam na PSE de média complexidade acerca da vivência do compromisso ético-político na sua relação com a comunidade atendida. Para isso, tem como objetivos específicos entender o compromisso ético-político da psicologia para a atuação no SUAS; identificar a produção de sentidos das(os) psicólogas(os) acerca desse compromisso ético-político; e analisar a articulação entre a produção de sentidos acerca do compromisso ético-político com a vivência da relação com a comunidade atendida.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

A NOB-RH/SUAS estabelece a obrigatoriedade de profissionais de psicologia integrando as equipes de referência nos equipamentos da PSE de média complexidade, tendo a sua quantidade de psicólogos definida de acordo com a capacidade de atendimento do serviço. Fazem parte da média complexidade o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), o Serviço Especializado em Abordagem Social, o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas Famílias e, por fim, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (BRASIL, 2009).

O CREAS deve ofertar o PAEFI obrigatoriamente, cabendo aos gestores municipais/regionais avaliarem de acordo com a realidade e as demandas locais, a possibilidade de oferta dos demais Serviços, com exceção do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua que precisa necessariamente ficar à cargo do CENTRO POP. Contudo, nos lugares onde não houver demanda que justifique a implantação do CENTRO POP, o CREAS, por meio do PAEFI, poderá realizar o acompanhamento especializado a essa população, articulando-se também com o Serviço Especializado em Abordagem Social (BRASIL, 2011a, 2011b).

Para a atuação nesses serviços o CFP (2012, p. 59) aponta a necessidade de demarcar “a centralidade na família enquanto espaço privilegiado de proteção e cuidado, e os territórios, como base de organização dos serviços, com suas especificidades...”. Nesse sentido, o

psicólogo deve tentar identificar as potencialidades familiares e comunitárias, para que, em uma construção participativa, sejam criadas estratégias de enfrentamento e superação de violações, como situação de rua, prática de ato infracional, exploração do trabalho infantil, ou de violências, que podem ser físicas, psicológicas, sexuais, bem como a fragilização ou rompimento de vínculos familiares.

Diante das especificidades e complexidades de cada caso, o psicólogo deve compreender para além da queixa manifestada, analisando o contexto social, econômico, cultural e histórico das problemáticas que surgem na média complexidade. Essa postura deve estar presente em toda a sua rotina de trabalho. Destacam-se como principais atividades dos psicólogos os atendimentos individuais, o acolhimento, a entrevista inicial e as triagens, as intervenções grupais, a elaboração de relatórios, laudos e avaliações, a criação e desenvolvimento de planos de acompanhamento individual e familiar, as visitas domiciliares e a articulação em rede (CFP, 2012).

De acordo com Orientações Técnicas do CREAS (2011a), essas atividades devem pautar o reconhecimento da autonomia e do protagonismo do público atendido, participando ativamente nas decisões e soluções dadas às situações que vivenciam, seja no contexto individual, familiar ou comunitário. Nesse sentido, Ribeiro e Guzzo (2014) apontam ser fundamental a construção de metodologias diversas às tradicionalmente realizadas pela psicologia, distanciando-se de uma perspectiva de análise meramente individualizante, e ampliando seu olhar para além dos limites das salas de atendimento. Assim, o psicólogo deve ultrapassar uma atuação técnica, no que diz respeito a teorias e metodologias psicológicas, para perceber aspectos políticos e institucionais que também atravessam seu trabalho, demandando desse profissional um posicionamento crítico diante da realidade em que está inserido (RIBEIRO; GUZZO, 2014).

Esse posicionamento também diz respeito ao compromisso ético-político em que o psicólogo precisa pautar a sua atuação consciente do lugar que ocupa na política de assistência social, principalmente no que diz respeito à sua relação com a comunidade atendida. Assim, acreditamos ser imprescindível uma discussão sobre como esse compromisso se desenvolve no trabalho do psicólogo no SUAS.

2.2 O COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO NA RELAÇÃO COM A COMUNIDADE

A Psicologia, na história de sua atuação profissional, diversas vezes perpetuou relações de dominação, visando o ajustamento dos sujeitos ou a sua conformidade com a realidade,

colocando a responsabilidade pelas vulnerabilidades sociais no indivíduo. Por isso, torna-se necessário que o psicólogo inserido no SUAS faça uma constante reflexão de sua prática, tendo em vista que a reprodução de práticas tradicionais da psicologia pode favorecer a manutenção das desigualdades e vulnerabilidades sociais, ou ainda desenvolver uma atuação descontextualizada da realidade da comunidade atendida (XIMENES; PAULA; BARROS, 2009; CFP, 2012).

Nesse sentido, a atuação do psicólogo no SUAS deve se pautar no conhecimento das necessidades, potencialidades e experiências da comunidade atendida, buscando o desenvolvimento da autonomia e da cidadania. Além disso, o psicólogo precisa compreender que a singularidade de cada sujeito dessa comunidade não está deslocada do contexto histórico-cultural em que vive, ou seja, a dimensão subjetiva e o contexto social são indissociáveis e se relacionam mutuamente. Dessa forma, psicólogos que apenas analisam as características pessoais e interpessoais acabam desconsiderando questões sociais, políticas e econômicas, que são importantes fatores para a construção da subjetividade e o sofrimento dos indivíduos (RIBEIRO; GUZZO, 2014). Corroborando com isso, Souza e Gonçalves (2017) destacam o risco do discurso de alguns profissionais que ressaltam a valorização da singularidade do indivíduo, sem relacionar com outros aspectos do contexto em que ele está inserido, pois evidencia uma compreensão a-histórica e acrítica da realidade.

Infelizmente, a prática psicológica no SUAS muitas vezes ainda reproduz um modelo clínico convencional, sem problematizar suas intervenções. É frequente também a expectativa da população atendida e dos gestores de que o psicólogo tenha uma atuação condizente com o imaginário socioprofissional tradicional, com o foco no atendimento individual, numa perspectiva clínica, para psicodiagnóstico ou psicoterapia (SOBRAL; LIMA, 2013).

Assim, a inserção do psicólogo na política de Assistência Social precisa tanto de uma construção de outras metodologias, como de uma reflexão crítica sobre sua atuação profissional, tendo em vista o contexto dos espaços comunitários, a realidade de intensas desigualdades sociais, perpetuada pela lógica do sistema capitalista, e a fragilidade dos serviços públicos, com políticas pouco eficazes na transformação dessa realidade.

Diante disso, o psicólogo corre o risco de se tornar um perpetuador de práticas ineficazes, sem possibilidade de exercer uma efetiva mudança social, ou ainda se utilizar de práticas conservadoras e hegemônicas, desistindo de usar a psicologia como ferramenta para uma transformação da realidade em que está inserido. Deve-se, portanto, assumir a função social e política da psicologia, refletindo sempre sobre as suas intervenções profissionais, cujos

posicionamentos devem ser explícitos e condizentes com as necessidades da comunidade (SENRA; GUZZO, 2012).

Nesse sentido, a atuação do psicólogo deve ser pautada em um compromisso ético-político. A dimensão ética seria pensar a sua implicação profissional e o seu lugar na luta para o bem-estar coletivo e individual. E a dimensão política envolve uma reflexão crítica sobre o mundo que o cerca e sobre si mesmo, problematizando as verdades construídas cotidianamente, que naturalizam ideologias e fenômenos sociais, buscando, com isso, a indissociabilidade entre teoria e prática (CFP,2021).

Esse compromisso ético-político está relacionado a uma vivência/prática comunitária, lócus das atividades desenvolvidas no SUAS, como evidencia a atual política de assistência social. Assim, devem ser fomentados espaços de construção de luta por direitos e sua efetivação, propiciando que os sujeitos possam por meio da participação social construir estratégias para a superação dos processos estruturais de violência e violação de direitos aos quais foram submetidos. A atuação do psicólogo na comunidade baseia-se, então, na construção de conhecimentos, de forma dialógica e colaborativa, para problematização das relações de poder e opressão muitas vezes naturalizados no contexto social (XIMENES; PAULA; BARROS, 2009; CFP, 2021).

Nesse sentido, somente a inserção na comunidade é que possibilita ao profissional a desconstrução de seus preconceitos sobre a população atendida para, assim, identificar quais as estratégias de enfrentamento criadas pela própria comunidade para resolução de seus problemas, buscando fazer um trabalho com, e não para os usuários do SUAS. Dessa forma, a práxis psicológica assume o compromisso de contribuir para a consolidação de uma política de assistência social embasada na garantia de direitos, assim como de desconstruir o legado assistencialista, que por muito tempo se perpetuou na assistência social brasileira, que se pautava na ideia de prestação de favores e na benevolência dos políticos (XIMENES; PAULA; BARROS, 2009; RIBEIRO; GUZZO,2014).

Para isso, a Psicologia Social Comunitária, com toda a sua produção teórico-metodológica, é um importante referencial para subsidiar o trabalho do psicólogo atuante no SUAS, pois seus objetivos convergem com os da PNAS, tendo em vista que ambas buscam o desenvolvimento e promoção social da comunidade. Nesse sentido, com o intuito de mediar e/ou facilitar o desenvolvimento do sujeito e da comunidade, é que se pauta a atuação da Psicologia Comunitária, fundamentada em uma práxis libertadora, crítica e contextualizada, comprometida com a luta comunitária, buscando transformações sociais para redução das

desigualdades e conscientização dos sujeitos e povos oprimidos (GÓIS, 2008; RIBEIRO; GUZZO, 2014).

Portanto, para que realmente haja uma práxis psicológica emancipadora, o profissional precisa ter como base referenciais teóricos que ultrapassem a lógica de abordagens clínicas tradicionais, ampliando seus estudos para as necessidades específicas do público atendido e a realidade em que está inserido, inclusive buscando saberes de áreas afins, como a sociologia, a antropologia e a filosofia, para compreender melhor as relações de dominação e opressão que se perpetuam no seu cotidiano, fazendo uma análise crítica das intersecções entre classe, gênero, raça/etnia, orientação sexual e outras especificidades que se façam presentes. Além disso, é indispensável compreender o lugar social que ocupa, com seus privilégios, seus preconceitos, suas limitações e vulnerabilidades enquanto classe trabalhadora, fazendo uma constante autocrítica sobre a sua prática, para de fato assumir um compromisso ético-político que seja vivenciado na relação que constrói com a comunidade.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, de abordagem qualitativa, realizada em campo. O estudo foi realizado no município de Juazeiro do Norte-CE, tendo como locais de produção de dados os equipamentos da Proteção Social Especial de média complexidade que compõem o SUAS, e estão vinculados à Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho (SEDEST) do município.

Integraram esse estudo 4 profissionais de psicologia que atuam na PSE de média complexidade de Juazeiro do Norte-CE, que atenderam aos critérios de elegibilidade para participação na pesquisa. Como critério de inclusão foi necessário estar atuando há pelo menos seis meses em algum equipamento da PSE de média complexidade do município e ter disponibilidade para participar da pesquisa. E teve como critério de exclusão estar afastado do trabalho por motivo de licença, férias ou outro de caráter laboral. Atualmente, há 9 psicólogas(os) vinculadas(os) a esse setor, sendo 7 lotadas no CREAS e 2 no CENTRO POP do município. Para o dimensionamento da quantidade de participantes, foi utilizado o critério de saturação. A amostragem neste estudo foi do tipo não-probabilística por acessibilidade.

O recrutamento dos participantes se deu a partir do contato do pesquisador com a coordenadora da Proteção Especial do município, na sede da SEDEST, para ter acesso à listagem e contato dos profissionais de psicologia lotados nesta secretaria, tendo em vista posterior marcação de entrevistas, em horário estipulado pelos participantes, no próprio local

de trabalho deles, ressaltando que nesse espaço foi necessário que tivesse um local reservado para garantia do sigilo da fala dos entrevistados.

Tendo como base o movimento construcionista em pesquisa social, a produção de sentidos e de informações se deu em campo, por meio de entrevistas semiestruturadas. Esse movimento é caracterizado por assumir sua não neutralidade, sendo considerada a subjetividade do pesquisador como um recurso do processo de pesquisa, além da necessidade de reflexão ética sobre os efeitos do que é produzido.

Nesse sentido, não se refere à coleta de informações, como se elas já estivessem prontas, esperando, sem a participação ativa do pesquisador. Assim, a entrevista é coproduzida, vista como um processo dialógico, tendo como finalidade entender como as pessoas são posicionadas, como são construídos os jogos de posicionamentos entre os participantes, buscando uma coconstrução e transformação de sentidos (SPINK *et al.*,2014).

O instrumento utilizado para a coprodução de dados foi um roteiro de entrevista, previamente elaborado, com questões norteadoras pertinentes ao objeto de investigação dessa pesquisa. A entrevista foi realizada presencialmente, sendo feito uso do recurso de gravação de áudio (após autorização verbal e escrita do participante), com posterior transcrição dos dados na íntegra e sua utilização para fins de análise.

Como método de análise das informações e dos sentidos construídos foram utilizados os mapas dialógicos. Esse tipo de recurso possibilitou analisar a interanimação dialógica, os repertórios interpretativos, as relações de saber-poder, os jogos de posicionamento e a produção de sentidos, a partir da visibilidade que é dada às práticas discursivas (SPINK *et al.*,2014).

Para a construção dos mapas dialógicos são necessários dois passos iniciais: a transcrição sequencial e a transcrição integral. A transcrição sequencial auxilia na definição dos temas ou categorias utilizados no mapa, sendo feita a identificação de falas e vozes nos áudios, com o intuito de identificar quem fala, a ordem em que cada pessoa fala e sobre o que se fala, percebendo os repertórios linguísticos usados. Já a transcrição integral inclui todas as falas, de forma literal, preservando o discurso original. Ao final, devem ser numeradas as linhas da transcrição para, posteriormente, serem localizadas no mapa dialógico (SPINK *et al.*,2014).

O mapa dialógico é construído em um quadro com linhas e colunas, organizado a partir dos objetivos do estudo, com os temas identificados na transcrição sequencial e com o que o pesquisador quer dar visibilidade na análise (SPINK *et al.*,2014). Assim, após as transcrições sequenciais e integrais, foram construídos mapas dialógicos para cada entrevista, a partir de categorias que refletem os objetivos da pesquisa, conforme apresentados a seguir.

O estudo atendeu aos preceitos éticos e científicos regulamentados nas Resoluções de nº 466/12 e nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Uninassau Juazeiro do Norte, sob o parecer de número 6.084.960.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A caracterização das pessoas que participaram da pesquisa (vistos como copesquisadores, de acordo com o construcionismo social) se deu a partir de marcadores sociais e de suas trajetórias profissionais. Foram 4 profissionais da psicologia, com idades entre 27 e 45 anos, com tempo de trabalho de 1 a 2 anos na PSE de média complexidade, que se identificaram conforme as informações apresentadas no quadro 1, logo abaixo:

Quadro 1 – Caracterização dos participantes da pesquisa

Pseudônimo	Gênero autodeclarado	Orientação Sexual autodeclarada	Raça/Etnia autodeclarada	Vínculo Profissional
Campina	Homem cis	Bissexual	Não branco/mestiço	Concursado
Graúna	Feminino	Não declarada	Branca	Contratada
Sabiá	Feminino	Não declarada	Parda	Concursada
Curió	Homem cis	Heterossexual	Negro	Concursado

Fonte: Autor, 2023.

Para preservar o sigilo de suas identidades, os discursos produzidos pelas pessoas entrevistadas foram assinalados com pseudônimos que reportam nomes de pássaros presentes na fauna nordestina, conforme apresentado no quadro. A escolha se deu tanto pela simbologia de liberdade que os pássaros trazem, como em referência à música “Pavão Mysteriozo”, do cantor e compositor cearense Ednardo, que em seus últimos versos diz: “eles são muitos, mas não podem voar”, relacionando aqui ao potencial revolucionário da luta dos oprimidos pela sua libertação, mesmo diante de tantas relações de dominação e exploração, que também se fazem presentes no cotidiano do SUAS.

Diante da coprodução de sentidos realizadas durante as entrevistas, construímos os mapas dialógicos divididos em 4 temas, quais sejam: 1) Embasamento teórico para atuação; 2) Compromisso ético-político; 3) Relação com a comunidade; 4) Relatos da atuação profissional/vivências. Após visualizar a dialogia nos mapas, percebemos que os relatos da atuação profissional/vivências se articulavam com os sentidos dados ora ao compromisso ético-político, ora à relação com a comunidade. Dessa forma, estabelecemos 3 categorias de análise:

Embasamento teórico para atuação na Proteção Social Especial; Sentidos e vivências do compromisso ético-político; Sentidos e vivências da relação com a comunidade.

Essas categorias de análise não se propõem a postular ou desvendar uma verdade, como se fosse única, cristalizada e possível de extrair para atingir os objetivos da pesquisa, nem tem a pretensão de esgotar todas as nuances dos temas analisados. Mas buscam atribuir sentidos, compreender os posicionamentos nas práticas discursivas, estabelecer uma dialogia, tanto das interações realizadas na produção de dados, como na continuidade de outros campos-temas que venham a surgir.

4.1 EMBASAMENTO TEÓRICO PARA ATUAÇÃO NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Essa categoria objetivou identificar a partir de quais bases teóricas partem os posicionamentos que permeiam a atuação dos psicólogos na PSE de média complexidade. Alguns relatos nos permitem verificar a presença de referenciais teóricos diversos, com menções tanto a abordagens clínicas tradicionais, como a Psicologia Social, e até a busca por outras áreas do conhecimento, para nortear e auxiliar na atuação profissional.

[...] minha concepção de pesquisa é mais Psicologia Social Comunitária. Se eu for pensar em metodologia de clínica, é ACP. [...] também eu uso alguns autores, não só da psicologia, né? Porque aí eu acho interessante isso da psicologia social, porque ela dialoga com muitos autores da sociologia, da antropologia, né? E a gente acaba incorporando algumas questões, porque é importante a gente ter um pensamento amplo em relação à psicologia, que não seja só o clínico, né? (CURIÓ)

Eu sou da abordagem da Psicanálise, sou freudiano. Mas, no meu olhar, na conversa e no atendimento para as famílias, tem muito de Winnicott. [...] O Winnicott trabalha na questão dos afetos. Então, eu acho que no CREAS, principalmente nesse ambiente aqui, tem muita questão dos afetos que precisam ser estabelecidos. [...] Pelas questões sexuais e representadas também, eu vou para a Judith Butler. [...] Na questão social, aí a gente sempre fica, sempre bebe da fonte da Silvia Lane. Então, para eu entender também a engrenagem social. As relações estabelecidas nos processos de relacionamento de grupos. (CAMPINA)

Tais posicionamentos correspondem à “saída do casulo” proposta por Chimainski *et al.* (2016), como uma provocação para que os profissionais que atuam no SUAS busquem aportes teórico-metodológicos alternativos, que se distanciem dos modelos clínicos tradicionais, para

que seja possível subsidiar e contemplar as diferentes demandas sociais, promovendo a partir disso novas práticas interdisciplinares e intersetoriais.

Contudo, estudos apontados por Lima e Schneider (2018) constataram que muitos profissionais atuam ainda sem um embasamento teórico consistente, que dê conta das particularidades do SUAS, persistindo em referenciais de caráter exclusivamente clínico tradicional. Isso surgiu nos relatos de alguns profissionais, como veremos a seguir:

Na graduação, eu sempre fui Carl Rogers né. Minha abordagem era ACP. Na verdade, ainda é. [...] Mas, com crianças atípicas, eu utilizo a ABA. Então, assim, meu maior referencial teórico é Carl Rogers. (GRAÚNA)

Um referencial teórico que eu normalmente trabalho é a análise do comportamento. (SABIÁ)

Isso corrobora com a pesquisa de Souza e Gonçalves (2017), que demonstra ser recorrente entre as psicólogas que trabalham no SUAS a propensão teórica por abordagens clínicas, utilizando-as para conduzir epistemologicamente sentidos, práticas e saberes.

Nesse sentido, percebemos nos relatos das(os) psicólogas(os) duas tendências de perspectivas teóricas para fundamentação de suas práticas na PSE, que foram caracterizadas pelo CFP (2012) como práticas convencionais ou práticas emergentes. As primeiras seriam aquelas desenvolvidas historicamente pela visão da psicologia clínica tradicional e as segundas seriam aquelas que buscam uma atuação alinhada com os objetivos das políticas públicas. Dessa forma, o embasamento teórico das práticas convencionais é unidisciplinar, com abordagens teórico-metodológicas centralizadas no âmbito apenas da psicologia, evidenciando, então, uma tendência a práticas de natureza ‘intra-psi’, voltadas para um plano individual, desconsiderando o contexto histórico e social. Diferente das práticas emergentes, que priorizam intervenções em contextos e grupos, pautando-se na pluralidade de abordagens, buscando também referenciais de áreas afins com a psicologia, atuando em uma perspectiva interdisciplinar.

Além disso, Ribeiro e colaboradores (2014) trazem que, inúmeras vezes, os profissionais ao serem perguntados sobre as referências que embasam seu trabalho na assistência social, praticamente não citam marcos ou referências legais, muitas vezes demonstrando até um certo desconhecimento, sem saber direito o que fazer, com queixas a respeito da falta de capacitação. Essa questão também foi levantada nos seguintes posicionamentos:

[...] E percebe-se que há pouca capacitação. E acho que por causa disso se comete muito erro com o SUAS. Muitas vezes os profissionais não entendem muito bem o seu papel dentro do SUAS. (CAMPINA)

A gente tem outro gargalo que, na assistência social, muitos psicólogos não sabem o que se faz na assistência social. (CURIÓ)

No mesmo sentido, ao apontarem essa problemática da falta de conhecimento e de capacitação a respeito do papel da psicologia na assistência social, também trouxeram o compromisso e a necessidade em seguir um embasamento legal, seja nas resoluções, seja no código de ética, seja nas referências técnicas do CFP. Conforme exposto a seguir:

[...] nos nossos atendimentos, a gente procura sempre ter, ir para o atendimento com aquela bagagem legal. O que eu posso, o que eu não posso. [...] Eu realmente me sinto obrigado aquilo que as nossas resoluções dizem. (CAMPINA)

[...] tem também o código de ética. Eu vou nem dizer, porque seria um pleonasma dizer que a gente tem que usar o código de ética, né? [...] A gente tem as referências que o CFP coloca, né? as referências técnicas. (CURIÓ)

Contudo, apesar de ser trazido como um pleonasma, pela suposta obviedade da necessidade de uma atuação pautada no código de ética e nas demais referências legais, observamos que esse posicionamento não é comum a todos os participantes. Isso demonstra a diversidade de produção de sentidos acerca do próprio embasamento teórico.

Nosso posicionamento diante dessa ausência de menções às referências legais, ou ainda a presença de bases teóricas exclusivamente clínicas e oriundas da psicologia, é que comprometem uma compreensão mais ampla e contextualizada da realidade, sob o risco de lidar com as demandas que se apresentam no dia a dia do SUAS através de uma ótica individualizante, a-histórica e acrítica, indo de encontro a uma atuação comprometida ética e politicamente com a transformação social, como veremos a seguir.

4.2 SENTIDOS E VIVÊNCIAS DO COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO

As referências técnicas para prática de psicólogas(os) no CREAS trazem como primeiro eixo de análise a dimensão do compromisso ético-político que permeia a atuação profissional, a partir dos marcos legais da Política de Assistência Social. Para isso, deixam explícito que os fenômenos sociais que atravessam as pessoas atendidas pelo CREAS não são exclusivos de

populações pobres, tendo em vista que “a violação de direitos, o agravamento de situações de risco pessoal e social, o afastamento do convívio familiar, a fragilização ou rompimento de vínculos e a violência intrafamiliar ou doméstica acontecem em todas as classes sociais” (CFP, 2012, p. 32). Ressaltando ainda que a exclusão social e/ou a vulnerabilidade social também estão presentes em diversas outras situações, impedindo o acesso do sujeito ao uso de bens sociais, ou renegando-o ao isolamento e à estigmatização social.

Diante desse cenário, não existe uma prática profissional sem um posicionamento político, posto que não é possível uma imparcialidade ou uma neutralidade. Em consonância com essas diretrizes do CFP, estão os posicionamentos abaixo:

Não é para eu levantar bandeiras aqui. Políticas, né? Mas... Tentando também te responder o aspecto mais político. É quase que impossível não fazer isso aqui dentro. Quando, por exemplo, você recebe pessoas vítimas de homofobia. Ou você recebe aí pessoas vítimas de capacitismo [...] E também, no mesmo caso, violência contra a mulher. [...] em todos os aspectos, em atuação à família, na minha relação com o município, como servidor e na minha relação com os temas políticos, ideológicos, vigentes, que são também levantados pela psicologia, eu tenho que ter um posicionamento. (CAMPINA)

Da social, de entender a história do racismo brasileiro, em relação às minorias, em relação à população LGBTQIPA+, né? E aí, também, que são mazelas que influenciam na saúde mental, né? [...]se eu estou bem comigo, se eu estou bem em sociedade, se eu tenho algo pra comer amanhã, se eu tenho direito a lazer, se eu tenho direito a trabalho. [...] Só que eu acho que o profissional tem que compreender essas questões ético-políticas... Tem que entender que o Brasil é racista, tem que entender que o Brasil é misógino, não só o Brasil, né? Tem que entender essas mazelas criadas. Então, pode ser o psicólogo branco, rico, mas que ele possa compreender que a população que pode chegar e que vai chegar é essa. [...] Não é questão partidária. Não é questão de politicagem. É questão política. A tua forma de se vestir, a tua cor de pele e a minha trazem aspectos históricos. Trazem aspectos que foram colocados nela, antes de você nascer. (CURIÓ)

Em contraposição aos dois posicionamentos apresentados acima, destacamos, a seguir, a presença de dois posicionamentos que utilizam a mesma expressão “é a base”, contudo são desenvolvidos de forma bem distintas, pois percebemos que em um deles há um esvaziamento do entendimento do compromisso ético-político, trazendo enunciados genéricos sobre o compromisso com a profissão, com os assistidos e com os colegas de trabalho. Enquanto o outro traz a busca por um fazer psicológico comprometido com a realidade local, sem importar saberes descontextualizados.

eu acho que **é a base**. A gente precisa ter o compromisso, além da profissão que a gente escolheu, com os assistidos, profissionais. Enquanto nós somos, precisamos ter o compromisso com a instituição, com os assistidos, com os colegas de trabalho. Então, na verdade, **é a base**. (SABIÁ)

é algo que a gente já tem que trazer desde a formação..., **é a base**, o código de ética...Então a gente tem que entender que a psicologia não é uma psicologia que tem que vir importada dos Estados Unidos, que pode conversar, mas não é a mesma coisa. A gente faz o tipo antropofagia...de psicologia, e trazer pra nossa realidade. Então, é a psicologia que abarca, que compreende as mazelas brasileiras, né? (CURIÓ)

Nesse sentido, concordamos com Martín-Baró (1997, p.7) ao afirmar que “o trabalho profissional do psicólogo deve ser definido em função das circunstâncias concretas da população a que deve atender”. Isso também é evidenciado quando o profissional se depara com um conflito cultural, conforme o posicionamento a seguir:

Compromisso ético é a garantia. Assim, trabalhar pra os usuários [...] resguardando, também, os direitos dele quanto relacionados à cultura, à ética. [...] Aqui a gente já tem um público indígena. Então, garantindo que esses povos indígenas, né? Eles tenham os seus direitos resguardados. Que eles não percam as suas tradições. [...] Aqui, se a gente vê uma criança no sinal, pra gente brasileiro, a gente vê muito essa questão da mendicância, trabalho infantil. Só que quando você vai estudar toda a tradição de viver dos povos indígenas do Warao... A gente vê que pra eles, estar com a criança, estar com o filho... É porque eles não podem se separar deles. O filho faz parte do corpo, faz parte do ser. [...] a gente precisa trabalhar de forma ética. Garantindo direitos. E tendo todo o cuidado pra gente não ser mais um que vai estar ali violando os direitos daquele sujeito. (GRAÚNA)

Senra e Guzzo (2012) ressaltam que é imprescindível para a prática na assistência social a compreensão das questões estruturais da sociedade no cotidiano das pessoas atendidas, visando uma reflexão sobre o trabalho da(o) psicóloga(o) nos contextos institucionais públicos. Tal entendimento é complementado por Ribeiro e Guzzo (2014, p. 93) ao constatarem ser desafiador para esses profissionais o desenvolvimento de “conhecimentos e práticas que promovam a mudança dentro de uma sociedade que favoreça ações de manutenção”, sendo necessário que a conscientização da própria classe profissional aconteça desde a formação, o que muitas vezes não acontece, tendo em vista que ainda nos deparamos com matrizes curriculares que privilegiam o saber-fazer clínico, branco, heteronormativo e ocidental,

negligenciando debates sociais e ignorando uma perspectiva decolonial. Reflexões semelhantes foram feitas em uma das entrevistas.

[...] para a gente não desassociar a psicologia do nosso contexto sócio, né? Então, a psicologia brasileira, a psicologia latina, a psicologia nordestina, né? E que tudo isso influencia, né? Aspectos socioeconômicas, a história do Nordeste, quais são os assistidos que estão vindo para cá, de que bairro, né? Quais são os bairros periféricos do Juazeiro e do Norte? Aí, qual a raça social, vamos supor assim, que tem nesse bairro, né? E as expressões culturais, né? E aí tudo influência, tudo influencia no acompanhamento psicológico, né? [...] entender que as pessoas que chegam pra mim, elas trazem resiliência, elas trazem capacidade de superação, mas entender que não só isso é capaz de mudá-las, né? [...] entender que a psicologia não é a salvadora da pátria, ela serve como base, ela serve como auxílio pra que a gente possa superar ou então ter consciência de algumas questões. Não que o psicólogo ou a psicóloga vá ser o agente conscientizador, porque ninguém conscientiza ninguém. [...] não é que a gente tem que sair sabendo de tudo, mas a gente tem que buscar pra ter, porque vai chegar pra gente. Então, população LGBT...o que que a gente estuda na faculdade sobre isso? Eu vou dizer pra você que quase 0% em relação à negritude 0%. (CURIÓ)

Dessa forma, para que haja de fato um compromisso ético-político dos profissionais, de acordo com as diretrizes do SUAS, é preciso ir além das normas técnicas, abandonando uma postura ingênua e acrítica no que diz respeito aos mecanismos de dominação, identificando tais aspectos no seu campo de atuação e questionando as relações de poder construídas historicamente, para buscar mudanças nos determinantes sociais e econômicos produtores de desigualdades. Tornando-se, assim, indispensável um posicionamento crítico, para realmente atuar enquanto um agente garantidor de direitos (LIMA; SCHNEIDER, 2018).

Constatamos que os sentidos produzidos acerca do compromisso ético-político foram diversos, algumas vezes trazidos de forma sucinta e genérica, ou direcionados a vivências particulares, mas sem ampliar o olhar para as especificidades dos variados públicos que chegam aos serviços da PSE de média complexidade. Notadamente dois profissionais trouxeram um posicionamento mais contundente acerca de relações de dominação e opressão, dando mais de um exemplo nos seus relatos. Contudo, somente um discorreu de forma mais aprofundada sobre as nuances dessas relações, sendo também o único que trouxe no seu discurso questões raciais de maneira explícita. Mesmo que não soubéssemos, seria fácil pressupor como esse profissional se autodeclara no quesito raça/etnia.

Diante disso, fica evidente a necessidade de refletirmos sobre a relação dos profissionais com a comunidade, buscando os sentidos que são produzidos acerca do público atendido.

4.3 SENTIDOS E VIVÊNCIAS DA RELAÇÃO COM A COMUNIDADE

A relação entre o profissional e a comunidade atendida na PSE deve se constituir a partir de um vínculo construído por meio do reconhecimento de uma história de vida, inserida em um contexto social, fugindo-se de uma perspectiva individualizante. Para isto, são necessárias atividades combinadas que provoquem reflexões e novos pertencimentos sociais, podendo inclusive produzir efeitos terapêuticos. Nesse sentido, deve-se estabelecer uma construção participativa, fazendo o deslocamento daqueles que eram objeto da ação do outro, para ocupar um lugar de sujeitos, de protagonistas. Isso exige uma análise mais qualificada, tanto dos contextos singulares das famílias, como das comunidades em que estão inseridos (CFP, 2012). Partimos dessa premissa para dialogar com as(os) psicólogas(os) sobre a vivência da construção de um vínculo com a comunidade.

A gente não pode fazer alguma coisa que nos coloque em uma posição de fiscalizadores... a nossa relação com a família é de proteção. É de tentar estabelecer, minimamente, a garantia dos direitos delas, que já foram violados. Para isso, a gente precisa estabelecer um nível de confiança. [...] depois do segundo ou terceiro atendimento, é que muitas vezes a pessoa realmente vai se sentir segura de falar. E a gente consegue ter uma noção maior que é que a família está pensando, que é o que a pessoa está precisando. (CAMPINA)

Cada família aqui existe uma singularidade. A gente precisa ver qual a particularidade de cada família... Muitas vezes que o idoso está sofrendo violação de direitos relacionada à violência patrimonial... E aí depois que aquele idoso já sai dessa situação de violência... E aí a idosa diz assim: "O meu aniversário é dia 18". Não é nosso papel ir fazer essa visita no dia 18 de seu aniversário[...]. Mas de certa forma quando a gente começa a trabalhar com pessoas, com idosos, com crianças, há também essa questão de você começar a criar um vínculo com aquelas famílias. Elas saem da situação de violência, mas o vínculo fica com a equipe. E aí de ir até lá (GRAÚNA)

Lima e Schneider (2018) refletem que se a equipe que não possuir um olhar ampliado sobre o contexto individual, familiar e comunitário corre o risco de reduzir seu atendimento a uma prática meramente tecnocrata, promovendo uma burocratização, ou até uma nova violação de direitos, tendo em vista que pode inviabilizar o acesso a serviços que estimulem a autonomia,

justamente a sujeitos que historicamente são colocados à margem da proteção social. Essa compreensão também foi compartilhada em alguns relatos:

A minha relação é de total acolhimento...de escuta, de estar presente...não é colocar a burocracia à frente das coisas. Eu gosto muito de explicar para as pessoas onde elas estão. [...] faz com que elas se sintam à vontade para as questões do ambiente de acolhida. Porque o julgamento já passou, o adolescente já foi sentenciado. Então, não me cabe trazer um julgamento. (CURIÓ)

Eu procuro apresentar um cenário que a pessoa se sinta acolhida. No sentido de que ela entenda que eu estou ali para ajudar. [...] Tem situações, inclusive, quando a pessoa já está falando, né? Já consegue ter essa relação de expor realmente o que está se passando dentro dela. Aí eu pergunto. Isso aí você acha que, sendo colocado no relatório, seria ruim para você? [...] Eu sempre passo a autonomia para a pessoa. (CAMPINA)

Outro aspecto importante de análise é como se dá a inserção do profissional na comunidade, o que geralmente acontece por meio de visitas domiciliares, que é trazida pelo CFP (2012) como uma ferramenta de aprofundamento do acompanhamento psicossocial, auxiliando na criação de vínculos fortalecedores. Nesse sentido, o trabalho na “proteção social exige a capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que riscos, vulnerabilidades se constituem” (BRASIL, 2004, p. 10).

Ontem eu fui fazer uma visita domiciliar com uma estagiária dentro de Juazeiro, mas era um terreno grande, com muitas plantas, galinhas e tal. Tinha uma família sentada. A gente entrou nesse terreno, no meio do mato assim, aí eu sentei na cadeira com ela e enquanto a senhora estava vindo para conversar, eu olhei para a estagiária e olhei para as pessoas. Isso é psicologia social. Isso é SUAS. Então, tipo, psicólogo dentro de uma casa, num bairro de periferia, de Juazeiro do Norte, só o SUAS pode proporcionar. (CAMPINA)

Com relação à receptividade, por exemplo, em alguma visita, alguma coisa, tem algumas que a gente encontra dificuldade. As pessoas já recebem a gente bem ríspido mesmo. Ah, o que é? Quem é que já foi denunciar? Quem é que já foi? Então, às vezes, a gente tem essa resistência, né? [...] E outras, a gente tem bastante abertura, inclusive, eles acabam, realmente, se tornando bem solícitos a tudo que for preciso. [...] por não ser daqui, a gente faz o trabalho, eu faço o trabalho na medida do que a gente pode fazer, mas, ao mesmo tempo, esse receio por a gente ter contatos com agressor, com vítimas, entre outros, eu acredito que me deixa mais confortável o fato de não morar aqui. (SABIÁ)

Esses posicionamentos nos demonstram uma produção de sentidos distintos, quase que opostos, tendo em vista que um ressalta a experiência de adentrar nas casas das pessoas como um mérito do SUAS, outro evidencia um receio em ter um contato mais próximo, ao ponto de achar melhor não morar na mesma cidade.

Concordamos com Ribeiro e Guzzo (2014) ao trazerem que a inserção do profissional na comunidade pode ser uma oportunidade para desconstrução de preconceitos acerca da população atendida, servindo ainda para identificar estratégias de enfrentamento e superação criadas pela comunidade diante dos problemas, possibilitando a construção de um trabalho com, e não para as pessoas assistidas pelo SUAS.

Percebemos em alguns relatos que essa inserção na comunidade pode gerar uma aproximação com o público atendido, tornando-se propício para um processo de identificação na relação profissional-comunidade. O movimento contrário também ocorre, ou seja, a identificação com o público tende a facilitar o desenvolvimento de uma relação mais próxima.

Eu acho que a minha relação com as pessoas aqui também tem um processo de identificação. Pela relação a mim ou de mim com relação a elas. Eu procuro estabelecer uma linguagem bem minha. É como se eu estivesse... Eu não deixo de ser psicólogo naquele momento, mas é como se eu deixasse de ser. [...] Tem coisas minhas também que eu não gostaria de serem confrontadas. E eu acho que, quando a pessoa vem aqui, já vem numa situação tão fragilizada e eu ainda ter que fazer isso... E a questão de identificação não é no sentido de que eu estou me afetando. Tem algo dele aí que é meu também. E como é que eu gostaria de ser tratado nessa condição? (CAMPINA)

Por essas características fenóticas, né? Os adolescentes... Eu percebo que eles se sentem mais acolhidos. É incrível, né? Assim, sentem mais... Ah, estou em casa. Não é alguém que eles falam assim, né? Engomadinho. [...] Eu percebo que a relação com os adolescentes acaba sendo um pouco mais próxima. [...] eu acho que, pra mim, a população que eu consigo mais me identificar. [...] cada dia mais eu vou aprendendo com os adolescentes, porque a gente sempre é uma troca. (CURIÓ)

Contudo, mesmo que essa identificação não aconteça, o profissional de psicologia deve produzir intervenções que contribuam para “a ressignificação, pelos sujeitos, de suas histórias, ampliando sua compreensão de mundo, de sociedade e de suas relações, possibilitando o enfrentamento de situações cotidianas” (CFP, 2012, p.60). Para isso, é indispensável conhecer as particularidades das diversas populações atendidas pela PSE. Entretanto, conforme

mencionado anteriormente, questões raciais não foram levantadas pela maioria dos entrevistados, o que corrobora com o seguinte posicionamento:

eu ouvi de muitos colegas, quando eu estudava, falar sobre só o ser humano... gente é, todo mundo é humano. **Só que uns são mais humanos que os outros.** (CURIÓ)

Isso nos leva a questionar se haveria um público universal e homogêneo na assistência social, tendo em vista que de acordo com o CFP (2012), para compreender esses sujeitos o profissional precisaria conhecer tanto as relações complexas que se apresentam no contexto de vulnerabilidade social associado a violação de direitos, quanto a maneira como esse sujeito percebe e vivencia esse contexto. Segundo a PNAS:

Constitui o público usuário da política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (BRASIL, PNAS, 2004, p.27)

Diante disso, escancara-se a falácia da existência de um público universal, e buscamos, então, outras narrativas que se contrapõem a isso. Bento (2022, p. 18) apresenta o conceito de pacto narcísico da branquitude, que seria uma espécie de “pacto não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios”, e conseqüentemente seu lugar de dominação. Portanto, precisamos compreender o lugar social que ocupamos, racializando a branquitude e retirando dela esse caráter “universal”.

A partir disso, Lima e Schneider (2018) afirmam ser imprescindível que os profissionais que atuam no SUAS façam uma análise crítica sobre os elementos presentes no sofrimento de indivíduos e famílias que necessitam de proteção social. Nesse sentido, deve-se atentar especialmente ao sofrimento ético-político, retratado por Sawaia (2001, p. 104) como advindo da “vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade”. O sofrimento causado pelo racismo é um exemplo disso.

As pessoas negras, pretas, que chegam no serviço já com o recorte que a sociedade traz de marginalizadas, quando ela vê uma pessoa preta igual a ela, do outro lado, tatuada, com cabelo alto, né? Ou algo do tipo, que, para muitas pessoas, seriam um recorte ou de representação social de traficante, de marginal [...] Então, um atendimento que eu fiz com um menino e que ele tinha o cabelo sempre esticado, né? E vinha muito assim. E eu falava uma vez acho que tinha uma associação com a autoestima dele. Ele falava que não estava bem... eu só relaciono com racismo na vida dele. Racismo recreativo, né? Falando do cabelo dele. Com o passar do tempo, ele começou a vir com o cabelo raspado e deixou crescer. Igual o meu. (CURIÓ)

Esse relato evidencia, para além de um sofrimento ético-político, a potência da representatividade que profissionais negros causam nos lugares que ocupam, rompendo com estereótipos. Assim como também deixa explícito os prejuízos que uma atuação pautada em um suposto público universal, ignorando questões raciais, se distancia de um caráter de garantia de direitos, sob o risco de causar novas violações.

Por conseguinte, a atuação da psicologia no SUAS deve partir da realidade em que está inserida, construindo suas intervenções junto com a comunidade, ciente de suas especificidades, para que possam de maneira dialógica e colaborativa vislumbrar possibilidades de enfrentamento e superação dos seus problemas. Essa postura profissional revoluciona a aplicação do saber psicológico e a forma de se relacionar com a comunidade, ao romper com práticas da psicologia tradicional, que acreditava em um suposto saber preconcebido que poderia ser reproduzido independente do contexto (MARTÍN-BARÓ, 1986/2011).

Percebemos, portanto, que ter consciência do seu compromisso ético-político, enquanto uma práxis que se constrói cotidianamente, influencia diretamente a vivência do profissional com a comunidade, ao buscar estabelecer uma relação mais próxima, aberta ao diálogo e à troca genuína, por vezes proporcionando uma identificação recíproca, que auxilia na compreensão da realidade, para desenvolver estratégias de enfrentamento que visam à autonomia e ao rompimento do ciclo de violência, para a garantia de direitos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou refletir sobre a atuação das(os) psicólogas(os) no SUAS, mais especificamente na PSE de média complexidade, voltando nosso olhar à compreensão da produção de sentidos sobre a vivência do compromisso ético-político para analisar a relação

entre os profissionais e a comunidade. Esse campo-tema traz muito dos meus incômodos enquanto trabalhador do SUAS, que cotidianamente testemunho atuações profissionais descontextualizadas da realidade e das especificidades da comunidade, deixando o fazer psicológico alheio a um compromisso ético-político, evidenciando a distância entre a teoria e a prática.

Os objetivos do estudo foram alcançados, tendo em vista que foi possível compreender a produção de sentidos das(os) psicólogas(os) acerca da vivência do compromisso ético-político na sua relação com a comunidade atendida. Com isso foi possível constatar que há sentidos e vivência bem distintos, com posicionamentos mais genéricos e superficiais e outros mais elaborados e críticos. Notadamente a apropriação de um referencial teórico interdisciplinar para estudar assuntos afins à Psicologia Social Comunitária ou à política de assistência social, bem como uma abertura para troca de experiências mais próxima com a comunidade, em que se oportuniza a um processo de identificação na relação profissional-comunidade favorecem uma reflexão crítica e ampla sobre o compromisso ético-político, que se torna uma vivência cotidiana no fazer psicológico.

Os resultados da pesquisa têm potencial de servirem de apoio técnico-científico para profissionais de psicologia construírem e usarem estratégias adequadas ético-politicamente no atendimento da população em vulnerabilidade social de modo a facilitar o desenvolvimento das potencialidades do público atendido nos equipamentos públicos da assistência social. Com isso, esperamos que esse estudo possa contribuir para reflexão de estudantes e profissionais de psicologia sobre a necessidade de uma atuação pautada em um compromisso ético-político, em que seja possível estabelecer uma relação horizontal e libertadora com a comunidade atendida.

Observamos também que ainda há discursos que colocam o público atendido numa categoria “universal”, sem problematizar e sem especificar os marcadores sociais, principalmente no que diz respeito a raça/etnia. Talvez essa tenha sido a maior limitação da pesquisa que não pôde aprofundar sobre a produção de sentidos dos profissionais acerca das relações raciais e de poder que perpassam a sua atuação, para investigar o quanto são conscientes dessas nuances. Deixamos, então, como sugestão para futuros estudos essa problemática, talvez relacionando o compromisso ético-político com as relações raciais na atuação do psicólogo no SUAS.

REFERÊNCIAS

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS**. Brasília, DF, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social, **RESOLUÇÃO Nº 109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009**. Diário oficial da União, Brasília: 2009.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional da Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União, nº 12. Brasília, 13 de junho. 2013b. Seção 1, p. 59. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 11 de março de 2023.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional da Saúde. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União, nº 98. Brasília, 24 de maio. 2016. Seção 1, p. 44-46. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 11 de março de 2023.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. Brasília, DF, 2011a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop**. Brasília, DF, 2011b.

CHIMAINSKI, C., UBESSI, L. D., MARTINS, S. S., JARDIM, V. M. R. Atuação do(a) profissional de psicologia em sistemas de proteção social brasileiros. **Mudanças - Psicologia da Saúde**, 24(1), 55-63, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.15603/2176-1019/mud.v24n1p55-63>. Acesso em 10 de jun de 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Centro de Referências Técnicas Em Psicologia e Políticas Públicas-CREPOP. **Referências técnicas para Prática de Psicólogos(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS**. Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2012.

_____. Centro de Referências Técnicas Em Psicologia e Políticas Públicas-CREPOP. **Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS**. Conselho Federal de Psicologia. 3ª ed. Brasília: CFP, 2021.

GÓIS, C. W. L. **Saúde comunitária: pensar e fazer**. São Paulo: Hucitec, 2008.

LIMA, F. C.; SCHNEIDER, D. R.. Características da Atuação do Psicólogo na Proteção Social Especial em Santa Catarina. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. 2, p. 347–362, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703001402017>. Acesso em 10 jun. 2023.

MARTIN – BARÓ, I. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, p.7-27, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/T997nnKHfd3FwVQnWYYGdqj/?format=pdf>. Acesso em 10 jun. 2023.

_____. Para uma psicologia da libertação. In R. S. L. Guzzo & F. Lacerda Júnior (Orgs.), **Psicologia social para a América Latina: O resgate da Psicologia da libertação** (pp. 181-197). Campinas: Alínea, 1986/2011.

PEQUENO, M. L. **Pesquisa condições de trabalho de psicólogas no Ceará: relatório sintético**. Fortaleza: CRP11, 2019.

RIBEIRO, A. B. et al.. Desafios da atuação dos psicólogos nos CREAS do Rio Grande do Norte. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 26, n. 2, p. 461–478, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-0292/421> Acesso em: 10 jun. de 2023.

RIBEIRO, M. E.; GUZZO, R. S. L. Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): Reflexões Críticas Sobre Ações e Dilemas Profissionais. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 83–96, 2014. Disponível em: http://seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/837. Acesso em: 6 out. 2022.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: B. B. Sawaia (Org.), **As artimanhas exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social** (2a ed., pp 97-118). Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SENRA, C. M. G.; GUZZO, R. S. L.. Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. Psicol. Soc., 2012 24(2), p. 293–299, maio 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/rdzMc6m5DDMvwhpy6kfx38L/>Acesso em. 25 mar. 2023.

SOBRAL, M. F. C.; LIMA, M. E. O. Representando as práticas e praticando as representações nos CRAS de Sergipe. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n. Psicol. cienc. prof., 2013 33(3), p. 630–645, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/yX6MHZZQqfpYFTwq63wxJVg/#> Acesso em. 25 mar. 2023.

SOUZA, R. F.; GONÇALVES, A. L. V.. A Mesmice Identitária: A (Im)possibilidade de emancipação na Política de Assistência Social. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, n. Psicol. Soc., 2017 29, p. e171276, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/5pjaxMYWz4FrwmgbMnsZgdQQ/#> Acesso em. 25 mar. 2023.

SPINK, M. J. P.; et al. **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

XIMENES, V. M., PAULA, L. R. C., e BARROS, J. P. P. Psicologia comunitária e política de assistência social: diálogos sobre atuações em comunidades. **Psicologia: Ciência e Profissão** [online]. 2009, v. 29, n. 4 [Acessado 15 Novembro 2022] , pp. 686-699. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000400004>.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Transcrições Sequenciais

Quem fala	Sobre o que fala	Tema
P	Pergunta como se identifica: gênero, raça/etnia	Gênero/ raça/etnia
A	"eu vou mais pela atuação bi... a sexualidade, ela é complexa, ela não é fechada... Eu me classificaria como alguém que não é hétero, mas ainda está se definindo. E homem cis."	Sexualidade/Gênero
A	"Tenho ascendência judaica. Raça e etnia no Brasil é complicado né? Não me considero uma pessoa branca... Me considero mestiço..."	Miscigenação
P	Pergunta sobre trajetória profissional	Carreira
A	Atuou na clínica e na gestão. Há 2 anos está na psicologia social, devido o concurso. Pensa no futuro em psicologia jurídica.	Carreira
P	Pergunta sobre experiências anteriores no SUAS.	Experiência no SUAS
A	Diz que não teve. Escolheu o CREAS para ter base para atuar no futuro com psicologia jurídica.	Escolha pelo CREAS

Recorte de transcrição sequencial A

Quem fala	Sobre o que fala	Tema
P	Pergunta como se identifica: gênero, raça/etnia	Gênero/ raça/etnia
B	"Feminino e sou branca."	Gênero/ raça/etnia
P	Pergunta sobre trajetória profissional	Carreira
B	"me formei em 2017.2. Em abril de 2018, eu já comecei a atuar como psicóloga no NASF. Onde eu passei dois anos e alguns meses... . E aí passei a atuar nos SUAS. Fui pra unidade de acolhimento, aqui de Juazeiro. E após, vim aqui pro CREAS, que é onde eu estou atuando hoje... sou contratada."	Carreira
P	Pergunta principais atividades no CREAS.	Atuação no CREAS
B	"realizar visitas de domiciliares e institucionais, né. Acolhida, atendimento individual... em prol da garantia de direito, né. E o fortalecimento também de vínculo das... De todas as famílias atendidas."	Atuação no CREAS

Recorte de transcrição sequencial B

Quem fala	Sobre o que fala	Tema
P	Pergunta como se identifica: gênero, raça/etnia	gênero, raça/etnia
C	Feminino. Parda.	gênero, raça/etnia
P	Pergunta sobre trajetória profissional	carreira
C	"assim que eu terminei, eu iniciei a trabalhar pela prefeitura, no município em que eu resido...E aí, eu fui trabalhar em um CREAS, logo minha primeira experiência, não queria ainda, pensei em rejeitar porque eu pensei, meu Deus, eu terminei agora, entrar logo de cabeça em uma média complexidade"	carreira

C	"Logo em seguida, eu também tive uma experiência na área da saúde, trabalhei na UPAE, na cidade vizinha, passei 5 anos. E aí, foi quando teve o concurso aqui, eu fiz e graças a Deus passei e a outra oportunidade foi vir para o CREAS novamente... Fiz duas pós-graduações, uma em saúde mental e a outra em ABA. "	carreira
---	--	----------

Recorte de transcrição sequencial C

Quem fala	Sobre o que fala	Tema
P	Pergunta como se identifica: gênero, raça/etnia	gênero, raça/etnia
D	" Sou homem, cis, hétero, negro. "	gênero, raça/etnia
P	Pergunta sobre trajetória profissional	Carreira
D	"são praticamente dois anos em Medidas Socioeducativas em meio fechado, que é na SEAS. E agora, dois anos no CREAS, um ano e um pouquinho no PAEFI... desde outubro, novembro, eu estou em Medidas Socioeducativas."	carreira
D	"e também sou especialista em Direitos Humanos, né? Em Medidas Socioeducativas, Criança e Adolescente. Me informei, me especializei com o intuito de permanecer na área de Medidas Socioeducativas. "	formação
D	"Então, psicólogo na assistência social abarca muitos universos, que é por isso que é desafiador também. Que nos gera frustrações, porque não depende só de uma resiliência, não depende só de sua capacidade de superação. São questões de vulnerabilidade econômica"	psicólogo na assistência social/ vulnerabilidades
D	"minha concepção de pesquisa é mais Psicologia Social Comunitária. Se eu for pensar em metodologia de clínica, é ACP."	referenciais teóricos

Recorte de transcrição sequencial D

APÊNDICE B – Mapas Dialógicos

Embasamento teórico para atuação	Compromisso ético-político	Relação com a comunidade	Relatos da atuação profissional/ Vivências
			"Eu queria que tu me falasse um pouco, então, das tuas atividades aqui no CREAS, tuas principais atividades."
		"A gente não pode fazer alguma coisa que nos coloque em uma posição de fiscalizadores... a nossa relação com a família é de proteção . É de tentar estabelecer, minimamente, a garantia dos direitos delas. Que já foram violados. Para isso, a gente precisa estabelecer um nível de confiança ."	
			"a gente entra com esse papel também de orientar . O papel do psicólogo aqui, do PAEFI, muitas vezes se confunde com o papel do assistente social "
"nos nossos atendimentos, a gente procura sempre ter, ir para o atendimento com aquela bagagem legal . O que eu posso, o que eu não posso. "			

Recorte de mapa dialógico A

Participantes	Embasamento teórico para atuação	Compromisso ético-político	Relação com a comunidade	Relatos da atuação profissional/ Vivências
P				"Quais são as tuas principais atividades aqui no CREAS?"

B				"realizar visitas de domiciliares e institucionais, né. Acolhida, atendimento individual... em prol da garantia de direito , né. E o fortalecimento também de vínculo das... De todas as famílias atendidas."
B				"a gente tem o serviço de abordagem social. Temos medidas socioeducativas e tem o PAEFI. Quando eu entrei no CREAS, eu era de medidas socioeducativas... Hoje eu estou na equipe do PAEFI. Que é a equipe que faz o acompanhamento familiar."
P	"pra tua atuação, pra tua rotina, quais os teus principais referenciais teóricos?"			
B	"Na graduação, eu sempre fui Carl Rogers né. Minha abordagem era ACP. Na verdade, ainda é."			

Recorte de mapa dialógico B

Participantes	Embasamento teórico para atuação	Compromisso ético-político	Relação com a comunidade	Relatos da atuação profissional/Vivências
P				"Me fala das suas principais atividades aqui no CREAS."
C				"a gente faz visitas domiciliares, atendimentos psicossociais, escuta especializada, qualificada no caso, e palestras, quando em alguns meses alusivos."
P	"E quais os teus principais referenciais teóricos que são a tua base para a tua atuação aqui no CREAS?"			

C	"um referencial teórico que eu normalmente trabalho é a análise do comportamento."			
---	--	--	--	--

Recorte de mapa dialógico C

Participantes	Embasamento teórico para atuação	Compromisso ético-político	Relação com a comunidade	Relatos da atuação profissional/ Vivências
P				"E aí, sobre a tua formação acadêmica, profissional, pra tu falar um pouco da tua trajetória."
D				"Então, psicólogo na assistência social abarca muitos universos, que é por isso que é desafiador também. Que nos gera frustrações , porque não depende só de uma resiliência, não depende só de sua capacidade de superação. São questões de vulnerabilidade econômica "
D	"minha concepção de pesquisa é mais Psicologia Social Comunitária . Se eu for pensar em metodologia de clínica , é ACP."			

Recorte de mapa dialógico D

ANEXOS

ANEXO A – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa

FACULDADE DE JUAZEIRO DO
NORTE

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Atuação da psicologia no Sistema Único de Assistência Social: reflexões acerca da vivência do compromisso ético-político na relação com a comunidade

Pesquisador: Moema Alves Macêdo

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 69654423.9.0000.5624

Instituição Proponente: INSTITUTO LEAO SAMPAIO DE ENSINO UNIVERSITARIO LTDA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.084.960

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do Projeto Detalhado postado em 13 de maio de 2023 e/ou do arquivo intitulado Informações Básicas do Projeto postado em 13 de maio de 2023.

INTRODUÇÃO

O percurso da Assistência Social enquanto política pública no Brasil é recente. Apenas a partir da Constituição Federal de 1988 é que o Estado estabelece seu compromisso de assegurar os direitos relativos à Assistência Social. Esse compromisso é regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993, explicitando ser direito do cidadão e dever do Estado prover os mínimos sociais, para garantir o atendimento a necessidades básicas, tendo como objetivos a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos.

Contudo, apenas em 2004 é criada a Política Nacional da Assistência Social (PNAS), para regulamentar o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), e nos anos seguintes são publicadas as Normas Operacionais Básicas (NOB/SUAS e NOB-RH/SUAS), que trazem os eixos norteadores e estruturantes necessários para a implementação da política, definindo os profissionais que devem compor as equipes.

A partir disso, o SUAS se caracteriza como um sistema público, não-contributivo, descentralizado,

Endereço: Sala 22, 1º andar, Rua São Francisco, 1224

Bairro: SÃO MIGUEL

CEP: 63.016-475

UF: CE

Município: JUAZEIRO DO NORTE

Telefone: (88)2101-2752

E-mail: cometica@unjuazeiro.edu.br

FACULDADE DE JUAZEIRO DO NORTE



Continuação do Parecer: 6.004.000

participativo e hierarquizado a partir de níveis distintos de proteção social e complexidade: a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE) de média e de alta complexidade (BRASIL, 2004).

A proteção social básica visa prevenir situações de risco social, desenvolvendo serviços voltados ao acolhimento, convivência e socialização, buscando o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários que ainda não foram rompidos, sendo destinada a populações vulnerabilizadas pela pobreza e/ou pela exclusão social. Esses serviços são executados diretamente pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), que devem estar localizados em áreas de vulnerabilidade social, atuando com famílias e indivíduos no seu contexto comunitário, desenvolvendo o protagonismo de seus membros (BRASIL, 2004).

A proteção social especial é destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal ou social, com seus direitos violados, demandando intervenções especializadas e um pouco mais individualizada, com acompanhamento sistemático. Na média complexidade os vínculos familiares e comunitários ainda não foram rompidos, e os serviços são ofertados majoritariamente nos Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), que possuem abrangência municipal ou regional. Na alta complexidade há a necessidade de garantir uma assistência mais integral, como moradia, alimentação e higienização, tendo em vista que se destina a pessoas ou famílias com os vínculos bastante fragilizados e/ou rompidos, necessitando de acolhimento institucional (BRASIL, 2004).

Dessa forma, o profissional de psicologia está inserido em todos os níveis de proteção do SUAS. Inclusive, em pesquisa realizada por Pequeno (2019), sobre as condições de trabalho das psicólogas no Ceará, constata-se que a principal área de atuação é a social, compreendendo 30% das participantes. Diante disso, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) elaborou Referências Técnicas para a Prática de Psicólogas no CRAS e no CREAS, trazendo reflexões sobre a dimensão ético-política da atuação nesses serviços, destacando que apesar dos avanços da legislação e da implementação do SUAS, deve-se considerar "o peso da herança histórica da relação do Estado brasileiro com famílias pobres, vulneráveis e/ou excluídas", que ainda naturaliza essa vulnerabilidade social, responsabilizando os indivíduos por essa situação, comendo o risco dos profissionais perpetuarem práticas assistencialistas e preconceituosas (CFP, 2012, p. 33).

Nesse sentido, Ribeiro e Guzzo (2014) apontam a necessidade das intervenções das psicólogas que atuam no SUAS serem construídas junto com a comunidade e pressupõem que as pessoas que sofrem diretamente os problemas da comunidade possam se reconhecer como membros dela e conscientizar-se dos problemas que vivenciam, para que possam vislumbrar, coletivamente,

Endereço: Sala 22, 1º andar, Rua São Francisco, 1.224

Bairro: SÃO MIGUEL

CEP: 63.016-475

UF: CE

Município: JUAZEIRO DO NORTE

Telefone: (88)2101-2752

E-mail: comtelica@unjuazeiro.edu.br

FACULDADE DE JUAZEIRO DO NORTE



Continuação do Parecer: 0.004.990

possibilidades de enfrentamento e superação dessas problemáticas. Para isso, é preciso construir uma relação horizontal e colaborativa com a comunidade.

Diante disso, questiona-se: Qual a produção de sentidos das(os) psicólogas(os) que atuam no SUAS em Juazeiro do Norte-CE acerca da vivência do compromisso ético-político da profissão na sua relação com a comunidade?

A escolha desse campo-tema originou-se a partir de inquietações do pesquisador no percurso da graduação, tanto nos debates durante as aulas das disciplinas de Políticas Públicas e de Psicologia Social, como na vivência enquanto monitor dessas disciplinas, além do trabalho como orientador social do Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (CENTRO POP), equipamento que também faz parte da FNAS. Inquietações estas que remetem também a justificativa acadêmica e social, ao deparar-se com o fazer psicológico no cotidiano do SUAS, em que constantemente são evidenciadas contradições entre a teoria vista em sala de aula e a prática na oferta dos serviços das políticas públicas, principalmente referentes a relação dos profissionais com a comunidade atendida.

Logo, há a necessidade de investigações sobre o entendimento dos psicólogos acerca do seu compromisso ético-político na sua relação com a comunidade, sendo relevantes para promover uma discussão a respeito dos desafios da formação do profissional de psicologia para o trabalho na Assistência Social e refletir sobre a busca de uma práxis verdadeiramente emancipatória junto as comunidades.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO PRIMÁRIO

Compreender a produção de sentidos das(os) psicólogas(os) que atuam no SUAS acerca da vivência do compromisso ético-político na sua relação com a comunidade atendida.

OBJETIVOS SECUNDÁRIOS

Entender o compromisso ético-político da Psicologia para a atuação no SUAS, segundo o referencial da Psicologia Comunitária; Identificar a produção de sentidos das(os) psicólogas(os) acerca do compromisso ético-político da sua atuação no SUAS; Analisar a articulação entre a produção de sentidos acerca do compromisso ético-político com a vivência da relação com a comunidade atendida no SUAS.

Endereço: Sala 22, 1º andar, Rua São Francisco, 1204

Bairro: SAO MIGUEL

CEP: 63.010-475

UF: CE

Município: JUAZEIRO DO NORTE

Telefone: (88)2101-2752

E-mail: comtelica@unijuazeiro.edu.br

FACULDADE DE JUAZEIRO DO NORTE



Continuação do Parecer: 6.004.900

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS

A presente pesquisa possui riscos mínimos, tendo em vista a possibilidade de constrangimento e cansaço ao responder a entrevista; desconforto, vergonha ou estresse ao tratar da temática. Para minimização dos riscos mínimos haverá o esclarecimento prévio sobre a pesquisa, sendo feita a leitura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), destacando a garantia o anonimato dos participantes e ressaltando que a sua participação poderá ser interrompida a qualquer momento. Além disso, será buscado proporcionar um ambiente calmo e reservado, resguardando o sigilo e a privacidade para a condução da entrevista. Vale ressaltar que caso o risco se concretize será ofertado atendimento psicológico no Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da UNILEÃO, a depender o interesse do participante em ser atendido, bem como a entrevista será encerrada imediatamente, em acordo com o mesmo.

BENEFÍCIOS

Os benefícios da pesquisa estão relacionados a elaboração de um material científico que possibilite uma melhor compreensão acerca da temática, e que possibilite aos estudantes e profissionais de psicologia refletir sobre a necessidade de uma atuação pautada em um compromisso ético-político, em que seja possível estabelecer uma relação horizontal e libertadora com a comunidade atendida, a fim de causar, a partir dessas reflexões uma melhoria no trabalho do psicólogo realizado no SUAS, além de buscar estimular uma melhoria na formação profissional específica para essa área de atuação.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O protocolo de pesquisa foi inserido como pertencente à área temática "Ciências Humanas" e apresenta as seguintes características:

É um trabalho unicêntrico, nacional, de patrocínio próprio, de caráter acadêmico, apresentado ao curso de Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (UNILEÃO), como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Psicologia.

A metodologia da pesquisa se constitui como uma coleta de dados, através de entrevistas semiestruturadas, com uso de roteiro construído pelo pesquisador, gravadas em aparelhos eletrônicos (celular), com a devida autorização verbal e escrita do participante através do TCLE TCPE. As entrevistas gravadas serão posteriormente transcritas e analisadas utilizando-se do recurso de construção de mapas dialógicos. O recrutamento dos participantes se dará a partir do contato do pesquisador com os coordenadores da Proteção Básica e da Proteção Especial do município, na sede da SEDEST, para ter acesso à listagem e contato dos profissionais de psicologia

Endereço: Sala 22, 1º andar, Rua São Francisco, 1204

Bairro: SAO MIGUEL CEP: 63.010-475

UF: CE Município: JUAZEIRO DO NORTE

Telefone: (88)2101-2752

E-mail: cometica@unjazeiro.edu.br

FACULDADE DE JUAZEIRO DO NORTE



Continuação do Parecer: 6564.900

lotados nessa secretaria. Posteriormente, o pesquisador entrará em contato com os possíveis participantes e, em caso de aceite na participação da pesquisa, será agendada a entrevista para a coleta dos dados. Esta última, deverá acontecer no local de trabalho dos participantes, em uma sala reservada que garanta o sigilo dos dados a serem falados.

Sendo assim, a pesquisa apresenta-se relevante e passível de alcançar os resultados considerando o que preconiza a Resolução 466/2012 e 510/2016 não tendo sido verificadas inadequações.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória foram apresentados não sendo necessárias alterações/adequações.

Recomendações:

Sem recomendações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Considerando que não foram observados óbices éticos, o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Uninassau Juazeiro do Norte delibera pela **APROVAÇÃO** do protocolo de pesquisa por estar de acordo com a norma operacional 001/2013 e com as Resoluções CNS nº 466/2012 e 510/2016.

Considerações Finais a critério do CEP:

Ressaltamos que a coleta de dados somente poderá ser iniciada após a liberação do Parecer de Aprovação emitido por este comitê (Res 466/12 – XI.2 – "a").

Destaca-se também que é necessário o envio de relatório(s) parcial(is) e/ou final do estudo - Ver modelo no site do CEP/ Uninassau Juazeiro do Norte - (Res 466/12 – XI.2 – "d")

No caso de haver alteração deste projeto após a liberação do Parecer de Aprovação, o pesquisador deverá apresentar uma **EMENDA** ao protocolo original (Carta Circular 35/2013 CONEP/CNS).

Acrescenta-se ainda a necessidade do envio de notificação ao CEP/ Uninassau Juazeiro do Norte no caso de haver **EVENTOS ADVERSOS** no decorrer da pesquisa. Neste caso o pesquisador deverá usar o formulário encaminhado pela Carta Circular nº 008/2011.

Endereço: Sala 22, 1º andar, Rua São Francisco, 1224

Bairro: SÃO MIGUEL

CEP: 63.010-475

UF: CE

Município: JUAZEIRO DO NORTE

Telefone: (88)2101-3752

E-mail: comiteca@unijuazeiro.edu.br

FACULDADE DE JUAZEIRO DO NORTE



Continuação do Parecer: 6304/2023

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2121566.pdf	13/05/2023 09:05:31		Aceito
Outros	termoimagemvozajustado.docx	13/05/2023 09:03:13	CARLOS MACEDO MENEZCAL	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DETALHADO_CARLOSajustado.docx	13/05/2023 09:01:52	CARLOS MACEDO MENEZCAL	Aceito
TGLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_ajustado.docx	13/05/2023 09:01:23	CARLOS MACEDO MENEZCAL	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.docx	25/04/2023 04:47:18	CARLOS MACEDO MENEZCAL	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	25/04/2023 04:41:33	CARLOS MACEDO MENEZCAL	Aceito
Outros	INSTRUMENTOCOLETA.docx	21/04/2023 10:11:28	CARLOS MACEDO MENEZCAL	Aceito
TGLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcpe.docx	21/04/2023 10:09:27	CARLOS MACEDO MENEZCAL	Aceito
Outros	anuenciaProtecaoBasica.pdf	21/04/2023 10:08:09	CARLOS MACEDO MENEZCAL	Aceito
Outros	anuenciaProtecaoEspecial.pdf	21/04/2023 10:07:47	CARLOS MACEDO MENEZCAL	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	21/04/2023 10:05:30	CARLOS MACEDO MENEZCAL	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JUAZEIRO DO NORTE, 27 de Maio de 2023

Assinado por:

CRYSYTIANNE SAMARA BARBOSA ARAÚJO
(Coordenador(a))

Endereço: Sala 22, 1º andar, Rua São Francisco, 1224

Bairro: SÃO MIGUEL

CEP: 63.010-475

UF: CE

Município: JUAZEIRO DO NORTE

Telefone: (88)2101-2752

E-mail: comitecia@unjuazeiro.edu.br